Despacho n.º 12 329/2007

Por despacho de 15 de Maio de 2007 do chefe da RPM/DARH, por subdelegação do MGEN DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do general CEME, foram promovidos ao posto de primeiro-sargento RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2SAR RC 031 NIM 04921098, Margarida Marques da Silva, desde 9 de Janeiro de 2007.

2SAR RC 197 NIM 11827398, Jorge Miguel Almeida Rodrigues, desde 9 de Janeiro de 2007.

2SAR RC 297 NIM 13227297, Luís Miguel Pereira Carmona, desde 31 de Março de 2007.

2SAR RC 028 NIM 13586795, Nuno Ricardo Rodrigues Pereira, desde 1 de Abril de 2007.

15 de Maio de 2007. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Portaria n.º 470/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 19 de Maio de 2007, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data os alferes a seguir mencionados:

29068993, ALF RC Cláudia Sofia Ventura Barardo Gonçalves, CR Lisboa.

01489594, ALF RC Marta Luís Mendes Baptista, CFG 07508500, ALF RC Helena Rute Semedo Ferreira, CM.

21 de Maio de 2007. — Por subdelegação do Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

FORÇA AÉREA**Comando de Pessoal da Força Aérea****Direcção de Pessoal****Repartição de Pessoal Civil****Despacho (extracto) n.º 12 330/2007**

Por despacho de 18 de Maio de 2007 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Maria Emília Cascalheira Janeiro, auxiliar de serviços, do quadro de pessoal civil da Força Aérea, transitada para a carreira de telefonista, após cumprido o preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos reportados à data do despacho do chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

22 de Maio de 2007. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, TEN COR.

**MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL
E DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****Portaria n.º 471/2007**

Tendo sido presente à Comissão do Domínio Público Marítimo um processo de delimitação do domínio público marítimo com um prédio urbano, denominado «Extinto Convento dos Capuchos», situado em São Francisco, freguesia e concelho de Portimão, que Maria Constança de Souza Coutinho Pulido Garcia e outros dizem pertencer-lhe, e sendo aquela Comissão de parecer favorável, importa agora nomear uma comissão de delimitação nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que seja nomeada uma comissão de delimitação para aquele efeito, com a seguinte constituição:

Presidente — Um representante do Ministério da Defesa Nacional, a designar pela Direcção-Geral da Autoridade Marítima Nacional.

Vogais:

Um representante do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a designar pelo Instituto Português e dos Transportes Marítimos.

O requerente ou um seu representante.

13 de Novembro de 2006. — Por delegação do Ministro da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Secretaria-Geral****Despacho (extracto) n.º 12 331/2007**

Considerando a nomeação, pelo despacho n.º 11 965/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 2003, do licenciado Vítor Manuel Salgueiro António para o cargo de chefe de divisão de Informação e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), a qual foi renovada pelo despacho n.º 7668/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2006, é mantida, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, no artigo 1.º da Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, e no n.º 1.5.1 do meu despacho de 22 de Maio de 2007, pelo qual são criadas as unidades orgânicas flexíveis da SGMJ, conjugados com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a respectiva comissão de serviço como chefe de divisão de Documentação e Biblioteca da SGMJ. O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Despacho (extracto) n.º 12 332/2007

Considerando a nomeação, pelo despacho n.º 18 161/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 23 de Agosto de 2005, da licenciada Maria João Vidal Lobato dos Santos Lopes para o cargo de chefe de divisão de Relações Públicas e Protocolo da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), é mantida, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, no artigo 1.º da Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, e no n.º 1.1.1 do meu despacho de 22 de Maio de 2007, pelo qual são criadas as unidades orgânicas flexíveis da SGMJ, conjugados com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a respectiva comissão de serviço como chefe de divisão do Núcleo de Informação, Relações Públicas e Protocolo da SGMJ.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Despacho (extracto) n.º 12 333/2007

Considerando a nomeação, pelo despacho n.º 1982/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 31 de Janeiro de 2003, do licenciado Mário Jaime da Silva Mesquita para o cargo de chefe de divisão de Tecnologias da Informação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), a qual foi renovada pelo despacho n.º 6025/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de Março de 2006, é mantida, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, no artigo 1.º da Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, e no n.º 1.4.2 do meu despacho de 22 de Maio de 2007, pelo qual são criadas as unidades orgânicas flexíveis da SGMJ, conjugados com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a respectiva comissão de serviço como chefe de divisão de Recursos Tecnológicos da SGMJ.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça**Despacho n.º 12 334/2007**

1 — Por meu despacho desta data, emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, e de acordo com o limite fixado pelo artigo 1.º da Portaria n.º 558/2007, de 30 de

Abril, foram criadas as 15 unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, atendendo à reestruturação em curso, de que aquela portaria faz parte. Torna-se, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora criadas.

2 — Uma dessas unidades é a Divisão de Planeamento e Organização da Formação (DPOF), do Centro de Formação de Funcionários de Justiça (CFJ).

A escritvã-adjunta, da carreira de oficial de justiça, Ana Paula Sousa Santos Mata, licenciada em Direito, não só possui os requisitos legais, gerais e especiais exigidos como também revela capacidade adequada ao exercício de funções dirigentes e competência na área funcional da referida Divisão, decorrente do desempenho de funções no anterior Centro de Formação de Oficiais de Justiça. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar a prover.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Planeamento e Organização da Formação do Centro de Formação de Funcionários de Justiça da DGAJ a licenciada Ana Paula Sousa Santos Mata, escritvã-adjunta, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 335/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Fixada a sua estrutura nuclear, importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, uma vez cessadas, por força da lei, as comissões de serviço de vários desses titulares. Tal procedimento é legalmente determinado e igualmente necessário para que se garanta o normal funcionamento dos serviços e se facilite a consolidação da estrutura ora arquitectada.

2 — O secretário de justiça Luís Fernando Borges Freitas, licenciado em Direito, não só possui os requisitos legais exigidos como também revela inequívoca aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigentes e reconhecida competência na área funcional da direcção de serviços a prover, dado o seu desempenho de cargos de direcção intermédia, designadamente, nos últimos anos, o de director de serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de director de serviços de Administração Judicial da DGAJ o licenciado Luís Fernando Borges Freitas, secretário de justiça, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 336/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Fixada a sua estrutura nuclear, importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, uma vez cessadas, por força da lei, as comissões de serviço de vários desses titulares. Tal procedimento é legalmente determinado e igualmente necessário para que se garanta o normal funcionamento dos serviços e se facilite a consolidação da estrutura ora arquitectada.

2 — A assessora principal Ana Maria Sena Brogueira Monterrozo Carneiro, licenciada em Direito, possui os requisitos legais de provimento exigidos e demonstra aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigentes, revelando competência na área funcional da direcção de serviços a prover, dada a experiência adquirida no desempenho do cargo de directora de serviços de Conservação e Equipamentos. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de directora de serviços de Sistemas de Informação, Infra-Estruturas e Equipamentos da DGAJ a licenciada Ana Maria Sena Brogueira Monterrozo Carneiro, assessora principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 337/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Fixada a sua estrutura nuclear, importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ, uma vez cessadas, por força da lei, as comissões de serviço de vários desses titulares. Tal procedimento é legalmente determinado e igualmente necessário para que se garanta o normal funcionamento dos serviços e se facilite a consolidação da estrutura ora arquitectada.

2 — A técnica superior Ana Rita Ferreira Costa Carvalho, licenciada em Direito, possui os requisitos legais de provimento exigidos e demonstra aptidão para o exercício de funções dirigentes, revelando experiência na área funcional da direcção de serviços a prover, dado o desempenho do cargo de directora do anterior Centro de Formação de Oficiais de Justiça. Corresponde, assim, ao perfil indicado para o lugar.

3 — Nestes termos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de directora do Centro de Formação de Funcionários de Justiça da DGAJ a licenciada Ana Rita Ferreira Costa Carvalho, técnica superior de 1.ª classe do quadro da Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 338/2007

1 — Com a publicação, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e das Portarias n.ºs 515/2007 e 558/2007, ambas de 30 de Abril, procedeu-se à reorganização da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

Por meu despacho desta data, emitido ao abrigo do n.º 5 da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, e de acordo com o limite fixado pelo artigo 1.º da segunda daquelas portarias, foram criadas 15 unidades orgânicas flexíveis.

Importa, agora, definir o novo quadro de titulares de cargos de direcção intermédia da DGAJ.

2 — Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino que sejam mantidas as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção intermédia de 1.º grau:

Licenciado José Jorge dos Santos Brandão Pires, director de serviços de Identificação Criminal (DSIC);

Licenciado António Fernando Miranda Dias, director de serviços de Gestão Financeira (DSGF);

Licenciada Helena de Almeida Esteves, directora de serviços de Recursos Humanos (DSRH).

3 — Ao abrigo da mesma norma legal, determino que sejam mantidas as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau:

Licenciado Pedro Miguel Rodrigues Duarte, chefe de divisão de Apoio Jurídico e de Cooperação Judiciária Internacional (DAJCI);

Licenciado Francisco José da Cunha Sampaio, chefe de divisão de Apoio à Gestão Documental (DAGD);

Licenciada Luísa Margarida de Jesus Rodrigues Martins, chefe de divisão de Identificação e Gestão dos Ficheiros Informáticos (DIGFI);

Licenciada Maria da Luz Rodrigues do Ó, chefe de divisão de Análise de Registos e Dactiloscopia (DARD);

Licenciada Maria Margarida Traveles Carreiras Simões, chefe de divisão de Gestão Financeira (DGF);

Licenciado Carlos Alberto da Silva Correia, chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos (DGRH);

Licenciado Lourenço António Lopes Torres, chefe de divisão de Administração dos Funcionários de Justiça (DAFJ);

Licenciado José Francisco da Rocha Ramalho, chefe de divisão de Processamento de Remunerações (DPR);

Licenciada Yolande Maria Monteiro da Silva, chefe de divisão de Equipamentos (DE).

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho n.º 12 339/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 30.º da nova Lei Orgânica do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006,